

## **Psicanálise nas fronteiras com o trabalho: “Uberização”, desamparo e montagem perversa <sup>163</sup>**

**Lucianne Sant’Anna de Menezes <sup>164</sup>**

*Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come.* Esta é a tragicidade vivida pela classe trabalhadora no Brasil, no contexto da pandemia do coronavírus: se forem trabalhar, vão se contaminar; se ficarem em casa não terão recursos para sobreviver. A cada nova medida do (des)governo Bolsonaro, com o pretexto de “recuperar” a economia, é imposta a milhares de trabalhadores e trabalhadoras a obrigatoriedade da volta ao trabalho para “garantir o emprego”. Presenciamos uma ampliação do empobrecimento e da miséria em vários segmentos da classe trabalhadora que sofre diariamente ou com a exploração e precarização do trabalho ou pior, com o desemprego, trabalho informal e intermitente que vem crescendo assustadoramente em escala global, já que aqueles que estavam trabalhando antes da pandemia o faziam sob a modalidade da *uberização* (Antunes, 2018, 2020) que se amplia extraordinariamente nas plataformas digitais de serviços, como: Uber (exemplo emblemático que se espalhou pelo mundo, daí o termo ‘uberização’), Uber Eats, Amazon, 99, Rappy, iFood, Cabify, Loggi, dentre outras.

A tragédia social que assistimos não é causada pela pandemia do covid 19; já existia antes e apenas foi ampliada e intensificada pela situação pandêmica. Na atualidade, vivemos um “*capitalismo acentadamente destrutivo* que é responsável por uma corrosão ilimitada dos direitos sociais do trabalho e que nos oferece como resultante uma massa imensa de indivíduos sem trabalho, sem salário, sem previdência e sem sistema de saúde pública abrangente”, afirma Antunes (2020, p.184, grifos do autor), e mostra que o Brasil já atinge mais de 5 milhões de trabalhadores em atividades uberizadas.

Com isso, a gestão da crise pandêmica do covid 19, no Brasil, deve ser compreendida no contexto do capitalismo neoliberal contemporâneo, da *necropolítica* nos termos de Mbembe (2016, p.146), para quem a soberania reside no exercício do controle sobre a mortalidade, subjugando a vida ao poder da

---

<sup>163</sup> Apresentado em Trabalhos livres no II Simpósio Bienal SBPSP “Fronteiras da Psicanálise: a clínica em movimento” no dia 28 de agosto de 2020.

<sup>164</sup> Psicanalista, Mestre e Doutora pelo IP-USP, docente da Universidade Federal de Uberlândia- MG. Membro efetivo do Instituto *Sedes Sapientiae*..

morte e reconfigura “profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror”, de modo que se deixa morrer ou se matam aqueles que não são “úteis” ou produtivos ao sistema em virtude de políticas que, em nome do bom funcionamento da economia, submetem populações a condições de vida como “mortos-vivos”, ou seja, os mais vulneráveis, pobres, miseráveis, idosos, moradores de rua, dentre outros.

A proposta geral do presente trabalho é avançar algumas reflexões nas fronteiras conceituais entre psicanálise, sociedade e política, principalmente, o diálogo na interface com o trabalho, com foco nos processos subjetivos em jogo na *uberização*. São pesquisas desenvolvidas, desde o processo de doutoramento da autora, na análise, em especial, da servidão como um dos efeitos do quadro tendencial de precarização estrutural do trabalho que ocorre em escala global (Antunes, 2007, 2018) que, sob o ponto de vista da psicanálise, pode ser compreendida como uma das expressões do mal-estar atual, em especial no campo do trabalho que assume uma direção marcadamente perversa (Menezes, 2010, 2012; 2018; 2019).

São pesquisas que têm sua pertinência teórica e conceitual a partir de Freud (1917, 1923[1922], 1926, 1926a), priorizando a dimensão de extensão do método psicanalítico, em que o método de investigação da *psique* privilegia a abordagem psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos (Rosa & Domingues, 2010; Menezes, 2012), dispondo de dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade e retomando aspectos do pensamento freudiano como aquele que Laplanche (1992) denomina de “pensamento extramuros”, na ideia de que a psicanálise pode se dirigir para *fora-do-tratamento*, não para qualquer lugar, mas num movimento em direção ao cultural. Na contemporaneidade, o psicanalista oferece sua escuta na *polis*, em comunidades, instituições de assistência, saúde ou educação, de modo que estas práticas psicanalíticas denominadas de *clínico-políticas* se dão nos limites do campo psicanalítico e convidam ao diálogo com outras disciplinas, levando ao aprofundamento da teoria psicanalítica e suas extensões, procurando criar dispositivos clínicos para a escuta da dimensão sócio-política do sofrimento (Rosa, 2016; Rosa, Estêvão & Braga, 2017).

As ‘empresas-aplicativo’ (Abilio, 2019) são reconhecidas mundialmente como multiplicadoras de novas formas de organização do trabalho, fazendo

emergir o fenômeno da *uberização*, fruto da lógica destrutiva do tripé ‘terceirização’, ‘informalidade’ e ‘flexibilização’ do trabalho imposta pelo capitalismo informacional e digital (Antunes, 2018) que, nas últimas décadas vem aprimorando sua engrenagem de dominação imposta pela expansão do neoliberalismo em escala mundial, em que passamos a presenciar a *desmedida empresarial*, nos dizeres de Linhart (2007).

Com a quarentena, comércios e prestadores de serviços viram seus clientes desaparecerem; por outro lado, aqueles que trabalham com serviços de entregas a domicílio tiveram uma demanda disparada. Desse modo, o comércio em geral percebeu o *delivery* como uma forma de continuar funcionando e manter os negócios. E no final desta ponta estão os ‘trabalhadores parceiros’ que encontraram uma oportunidade de renda, em meio ao desemprego estrutural.

A ‘uberização’ é uma tendência global no mundo do trabalho que envolve um conjunto de transformações de novas formas de gestão, controle, subordinação e organização do trabalho que culminam no ‘gerenciamento algorítmico’ (Abílio, 2019), bem como de modos de subjetivação associados ao empreendedorismo (Dardot & Laval, 2016; Dunker, 2015) e na participação do Estado o qual não desempenha mais seu papel de impulsionador da economia e gera uma nova estrutura política, social e do Direito que transforma o trabalhador em um trabalhador *just-in-time*, desprovido de direitos e proteção social, que arca com os riscos e os custos do trabalho, sem nenhuma garantia de remuneração e que está disponível o tempo todo, sendo utilizado como um fator de produção. Trata-se do disfarce de relações de trabalho assalariadas que tomam a aparência do trabalho do empreendedor, do prestador de serviços (Abílio, 2019; Antunes, 2018; Ferrer & Oliveira, 2018; Pochmann, 2016). Porém, pela lente psicanalítica revelam uma montagem perversa subjacente às relações entre as empresas-aplicativo e os trabalhadores parceiros, tendo em vista que desvelam modalidades de satisfação ávidas pelo domínio, com ânsia de um poder absoluto, caracterizadas pelo acúmulo, excesso e usufruto do outro. O trabalhador é considerado como objeto de uso e de gozo, sendo a sua existência condicionada à submissão ao outro, a uma posição servil (Menezes, 2010, 2012).

Os modos de subjetivação emergentes criam condições de possibilidade para laços sociais com características perversas, numa montagem em que só há duas posições possíveis: a do dominador e a do dominado, restando ao

trabalhador a posição de submissão, de servidão, na medida em que a montagem perversa se caracteriza como uma aliança que encontra eco contra o desamparo, em que o mecanismo de *dominação perversa* constitui-se em um modo de evitar o confronto com o desamparo. Por uma lado, formas que supondo triunfar sobre a condição de desamparo alimentam-se do horror do outro, acreditando assim dominar tal condição (empresas-aplicativo); e por outro, formas de subjetivação que acreditando se proteger do horror do desamparo privilegiam experiências de assujeitamento ao outro (trabalhadores parceiros) (Birman, 2006). Desse modo, defendemos a hipótese de que o fenômeno da uberização expressaria um dos efeitos da montagem perversa, no âmbito do trabalho, marcada pelo viés da servidão.

Trata-se de "estratégias políticas de destituição do sujeito e nesse cenário nem todos pagam o mesmo preço peça civilização" (Rosa et al., 2017, p.364). Na perspectiva psicanalítica são laços que enredam o sujeito simultaneamente no jogo afetivo e libidinal e também no jogo político, criando um discurso que equipara o campo simbólico da cultura e da linguagem, causando um efeito alienante sustentado por um equívoco na relação social com o outro que evita dar visibilidade aos embates sociais e políticos presentes em sua base (Rosa, 2016).

Nas condições atuais do mal-estar caracterizado pelo excesso pulsional e pela fragilidade de simbolização, o trabalho é liquefeito, sem contorno e definição claros, e sustentado na flexibilidade e desregulamentação, promove destinos funestos para o desamparo, como a vivência de precarização, sofrimento de origem sócio-política. Este quadro pode ser compreendido como um dos efeitos do neoliberalismo na saúde dos trabalhadores, como o desgaste mental e a corrosão da subjetividade, uma dimensão de perdas relativas ao mal-estar no campo do trabalho. (Menezes, 2012; 2018; 2019)

A missiva freudiana é que para viver, as pessoas criam possibilidades afetivas no enfrentamento da condição fundamental de desamparo relativas a uma dupla modalidade de destino: a aceitação (destinos criativos) e o evitamento (destinos funestos), como aponta Menezes (2012a). É neste contexto que Freud (1930) compreende o 'trabalho': como um instrumento que o homem criou para lidar com seu desamparo (*Hilflosigkeit*) e viver em sociedade.

Nas últimas décadas do século XX, acreditou-se que com o avanço da TICs (tecnologias da informação e comunicação) estávamos entrando em uma nova

era de felicidade com o trabalho on-line e digital; imaginou-se o fim do trabalho mutilador, a redução do tempo de trabalho, melhores condições de trabalho e mais tempo para a vida fora do trabalho. Entretanto, o mundo maquínico informacional-digital do nosso tempo, a indústria 4.0, não trouxe mais felicidade e tampouco eliminou o trabalho mutilador; gerou o contrário, pois presenciamos o advento e expansão do *novo proletariado de serviços* (infoproletariado) com trabalhos intermitentes, que segundo Antunes (2018), é uma variante global da *escravidão digital* no século XXI. O resultado é que temos uma heterogeneidade muito grande do trabalho, mas com um traço comum: a homogeneização da tendência a precarização.

Trata-se de uma tecnologia que não tem valores humanos ou sociais, mas tem o sentido de valorizar e ampliar a riqueza das grandes corporações globais que comandam o mundo dos negócios e finanças, escondidas pelos aplicativos que facilitam a disponibilidade eterna para o trabalho. De outro lado se expande a precariedade total que depara os direitos vigentes dos trabalhadores. Como enfatiza Antunes (2018, p.34), se esta lógica não for barrada os novos proletários dos serviços estarão entre uma realidade trágica e outra triste: “oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*”.

*Se correr, o bicho pega; se ficar o bicho come.* Talvez o momento atual de crise pandêmica acene para a única saída que é reinventar o mundo, apostando no coletivo e na solidariedade, o que lembra nos remete a ideia de Freud (1930) de que a manutenção da civilização depende da maneira pela qual as pessoas escolham amar e trabalhar.

## **Referências**

- Abilio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3). <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- Antunes, R. (2007). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: Druck, G. & Franco, T. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. (pp.13-22) São Paulo: Boitempo.

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020). O Vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: Tostes, A & Melo Filho, H. (orgs.) *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. (M. Echalar, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Ferrer, W. M. H., & Oliveira, L. J. de (2018). Uberização do trabalho sob a ótica do conceito de subordinação estrutural. *Direito UFMS*, Campo Grande, 4 (1), 177 – 194, jan./jun.
- Freud, S. (1980). Conferências introdutórias sobre psicanálise: Conferência X – Simbolismo nos sonhos. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 15, pp.179-201). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1916-1917).
- Freud, S. (1980). Dois verbetes de enciclopédia. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp.285-312). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923[1922])
- Freud, S. (1980) Psicanálise. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp.234-255). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1926)
- Freud, S. (1980). A questão da análise leiga. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp.205-293). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1926a)
- Freud, S. (1980). O mal-estar na civilização. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp.75-177). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930).
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Linhart, D. (2007) *A desmedida do Capital*. São Paulo: Boitempo.

- Mbembe, A. (2016). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*, revista do ppgav/eba/UFRJ, Rio de Janeiro, 32, dezembro, 123-151.
- Menezes, L. S. (2010). *Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho: Desamparo, pulsão de domínio e servidão*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Menezes, L. S. (2012). *Psicanálise e saúde do trabalhador: nos rastros da precarização do trabalho*. São Paulo: Primavera Editorial.
- Menezes, L. S. (2012a). *Desamparo*. (2ªed) São Paulo: Casa do Psicólogo. (Coleção Clínica Psicanalítica v.45).
- Menezes, L. S. (2018). Psicanálise, cultura e desamparo: efeitos da precarização do trabalho na saúde dos trabalhadores. *Anais do II Colóquio Internacional da Rede Interuniversitária Grupos e Vínculos Intersubjetivos: Figuras da diferença e o dispositivo psicanalítico de grupo*, realizado em abril de 2018, *Fundo Mackenzie de Pesquisa e FAPESP*, abril, v.1, n.1, 2018 (<http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/anais.htm>)
- Menezes, L. S. (2019). Clínica psicanalítica e conexões com a saúde do trabalhador: o desamparo no campo do trabalho. *Anais do I Simpósio da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo "O mesmo, o outro: Psicanálise em Movimento"*, realizado em agosto de 2018, *Blucher Social Sciences Proceedings*, fevereiro, 1(5), (<http://livro.link/isbsbpsp>)
- Pochmann, M. (2016). A crise capitalista e os desafios dos trabalhadores. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador, 239, 698-712.
- Rosa, M. D. A., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188.
- Rosa, M. D. A.; Estêvão, I. R. & Braga, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 22 (3), 359-369.
- Rosa, M. D. A (2016) *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.